



Ata Número Dezoito

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dezassete horas e quarenta minutos, reuniu ordinariamente, no Salão Paroquial de Casal de Ermio, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:

- 1 – Apreciação de uma Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal;
- 2 – Apreciação e votação da ratificação da autorização prévia para a repartição de encargos plurianuais, no âmbito de uma prestação de serviços de aluguer operacional de viatura ligeira.
- 3 – Apreciação e votação da Contratação de empréstimo a médio e longo prazos no montante máximo de 335.000,00€, destinado a financiar “Equipamentos e sistemas cénicos para o Teatro Municipal da Lousã”.
- 4 – Apreciação e votação da ratificação da autorização prévia para a repartição de encargos plurianuais, no âmbito da empreitada “Reabilitação da Escola Básica nº2 da Lousã”.
- 5 – Apreciação e votação da ratificação da autorização prévia para a repartição de encargos plurianuais, no âmbito da “Aquisição de serviços de aluguer, transporte, montagem e desmontagem de contentores modulares para a instalação provisória da Escola Secundária da Lousã”.
- 6 – Apreciação e votação da ratificação da 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2024.;
- 7 – Apreciação e votação da 3ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2024.;
- 8 – Apreciação e votação da retificação ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais.;
- 9 – Apreciação e votação do Regulamento de Funcionamento e Gestão das Instalações Desportivas Municipais do Concelho da Lousã.;



AGX
Q
h

10 – Apreciação e votação da Alteração aos Estatutos e da percentagem de participação do Município no capital social da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, S.A. -----

11 – Apreciação e votação da nomeação de Revisor Oficial de Contas, no âmbito do procedimento de Revisão e Certificação Legal de Contas.; -----

A Senhora Presidente da Mesa deu início aos trabalhos começando por apresentar cumprimentos ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** e restante Executivo, Senhores membros da Assembleia Municipal e todos os presentes. Agradeceu ainda a cedência do espaço para a realização da reunião da assembleia, na pessoa do Sr Padre António Domingues e ao Sr. Presidente da União de freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio – Henrique Lourenço.

CHAMADA: -----

Feita a chamada, verificou-se a ausência de Sérgio Pedroso, que justificou a falta e foi substituído por Daniela Santos; Carolina Cabral, que justificou a falta e foi substituída por Susana Barata, que justificou a falta e foi substituída por Jorge Pratas, que justificou a falta e foi substituído por Rui Morais; Daniela Guerreiro faltou e não justificou a falta. A ausência de Paulo Simões, Presidente da Freguesia de Serpins, que justificou a falta e foi substituído por Tiago Adelino, a ausência de Artur Jorge Correia, Presidente da Freguesia das Gândaras, que justificou a falta e foi substituído por Rafaela Vaz -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

A Senhora Presidente da Mesa, deu conhecimento de duas inscrições de cidadãos para usar da palavra neste período, que fizeram previamente a respetiva inscrição e preenchimento de declaração de consentimento, nos termos do RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados. -----

Inscrições: António Paulo Magro; Ana Paula Nunes; Valter Santos e Manuel Teresinho. -----

Ana Paula Nunes tomou a palavra cumprimentando todos os presentes e começou por referir-se ao orçamento participativo, ao qual tem participado nos últimos anos e disse que há uns meses, recebeu um e-mail a solicitar a sua



Ar.
Gu. h

opinião sobre uma alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo, de forma que as freguesias ficassem mais equilibradas e as mais pequenas também tivessem oportunidade de ver as suas pretensões satisfeitas, opinião essa que já tinha dado ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, pessoalmente. Referiu que remeteu a sua proposta por e-mail em tempo oportuno e questionou se a mesma foi avaliada, quando é que será dada a resposta; e se irá haver orçamento participativo, para se poder continuar a dinamizar o nosso concelho. -----

Valter Santos, interveio cumprimentando todos os presentes e referiu que pretendia saber o valor dos desvios existentes na união de freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio e esclarecimentos sobre o arrendamento do Bar Bogueira. -----

António Paulo Magro, iniciou a intervenção cumprimentando todos os presentes e começou por referir-se ao programa condomínios de aldeia e solicitou ao Sr. Presidente da Câmara confirmação se além dos apoios dados neste âmbito às aldeias do Vaqueirinho, Catarredor, Casal Novo e Talasnal, nos anos 2020/2021, no valor de cerca de 5.000€, existiu mais algum apoio ou mais aldeias beneficiadas. Continuou referindo-se à Rua 25 de Abril – em Casal de Ermio, a qual apresenta perigosidade para os transeuntes devido a bermas com valas fundas, a inexistência de passeios e ser uma rua com muita afluência rodoviária. Referiu-se ainda as placas existentes de salvaguarda aos ciclistas e questionou sobre a salvaguarda dos peões. Parabenizou a junta de freguesia pelos locais de lazer recentemente inaugurados, mas voltou a referir a dificuldade dos peões em acederem a estes locais em segurança, por fim pediu ao Sr Presidente da Câmara que fossem tomadas diligências para a resolução deste problema. Terminou a sua intervenção abordando o Regimento da Assembleia Municipal e questionou em que ponto está a sua revisão. Acrescentou que em seu entender, todos os intervenientes do público deveriam ter acesso a minuta da ata, referente a sessão onde participaram de forma que possam validar a sua intervenção, antes desta ser aprovada. -----

Manuel Alves Teresinho, interveio cumprimentando todos os presentes e questionou sobre o processo por ele solicitado, sobre a transferência de uma



g
h

unidade industrial de transformação de carnes, e do seu impacto ambiental sito em Zona Industrial dos Matinhos, ao qual ainda não obteve nenhuma resposta.

Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e começou por esclarecer a Sr. **Ana Paula Nunes**, informando que o novo modelo do Orçamento Participativo e o seu enquadramento já está aprovado. Sendo um orçamento participativo do concelho foram feitas algumas alterações, com base em contributos a nível local, foram recolhidas várias práticas em exercício noutros municípios e foi consultada uma entidade experiente nesta matéria, na pessoa do Dr. Nelson Dias, que nos deu apoio e acompanhamento nas metodologias utilizadas para executar esta ferramenta de participação da comunidade, prevendo-se que no ano de 2025, se proceda à reativação do Orçamento Participativo. Sobre a questão dos contributos e a falta de resposta, disse que iria junto dos serviços diligenciar que esta seja dada resposta sobre o contributo apresentado e a solução final dada para o Orçamento participativo. No que respeita às questões colocadas pelo Sr. **Valter Santos**, afirmou que não tinha dados para poder responder, não tecendo nenhum comentário relativamente aos mesmos. No que respeita a intervenção do Sr **Paulo Magro** e à questão dos condomínios de aldeia, este foi de facto para as aldeias mencionadas, não sabendo de memória o ano em exato em que ocorreu, mas que iria saber para poder responder à questão. Informou ainda que neste momento existe um novo projeto que engloba cinco aldeias, nas freguesias de Serpins, Foz de Arouce e Casal de Ermio e Louçã e Vilarinho. No caso da Rua 25 de Abril, em Casal de Ermio reconheceu a preocupação e referiu que não é uma situação simples de resolver, mas que a Câmara juntamente com a junta de freguesia de Foz de Arouce e Casal do Ermio iriam discutir as possíveis medidas para mitigar os constrangimentos existentes, nomeadamente no que diz respeito a circulação pedonal. Respondendo à questão do Sr. **Manuel Teresinho**, referiu que o pedido de informação será respondido em breve e no momento adequado aos objetivos da empresa. —

A Presidente da Mesa respondeu ao Sr. Paulo Magro, dizendo que não tem mais nada a acrescentar face ao que já foi comunicado em reuniões anteriores,



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

disse ainda que as decisões são votadas em minuta para terem efeitos posteriores, a ata é lavrada por um funcionário da autarquia, conforme consta do regimento. As reuniões são gravadas e o que deve constar na ata é uma referência sumária à intervenção de cada um dos elementos do público e é isso que tem sido cumprido. No dia da votação das atas, antes de colocar à votação, é questionado se existem questões ou alterações e até ao momento nunca ninguém se manifestou e na verdade quem tem de aprovar a ata são os membros da assembleia municipal. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

VOTAÇÃO DA ATA: -----

Colocada à votação as atas da sessão ordinária número dezasseis, realizada no dia vinte e seis do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, e da sessão extraordinária número dezassete, realizada no dia dezassete do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, foram aprovadas por unanimidade pelos deputados que estiveram presentes, não tendo participado na votação os membros que dela não fizeram parte. -----

CORRESPONDÊNCIA: -----

A Senhora Presidente da Mesa passou a dar conhecimento aos membros da Assembleia Municipal de toda a correspondência rececionada pela Mesa, desde a última sessão ordinária de fevereiro, até ao momento: -----

1 – No dia 27 de junho foi recebida uma nota informativa sobre o processo de desagregação da junta de freguesia de Louçã e Vilarinho, a dar conhecimento da constituição do grupo de trabalho. -----

2 – No dia 6 de agosto, foi recebido do chefe de gabinete da ministra da administração interna um ofício a acusar a receção da moção aqui aprovada e reencaminhada para este ministério e a informar que irá ser dado o devido encaminhamento. -----

3 – Recebimento de um voto de Pesar, enviado pela Coligação "É Hora de Mudar" – PPD/PSD-CDS/PP, "Pelos Vítimas dos Fogos Florestais" -----



g AA
h

A Presidente da mesa, passou a palavra ao **Sr presidente da Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio**, que começou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e agradecendo a realização da assembleia na freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio, agradeceu igualmente ao concelho económico paroquial de Casal de Ermio, na pessoa do Sr. Padre António, pela cedência do espaço. Continuou dizendo que *“Volvidos que estão três anos deste mandato, período de tempo revestido de algumas dificuldades, umas inesperadas e indesejáveis, outras perfeitamente normais, na missão de serviço às comunidades, sustentado na forte vontade de fazer mais e melhor, contribuindo assim para a criação das condições de uma melhor qualidade de vida das pessoas que servimos.”* Fez referência ao que mais recentemente se fez e o que se está a fazer de mais relevante em estreita colaboração com o município. *“A repavimentação e aplicação de sinalização horizontal na ponte velha, estabilização da estrada do Ramal da Estrada da beira; repavimentação ligeira da estrada de Casal de Ermio a Foz de Arouce; estrada da cidacel; Rua Central de Pousafoles até ao limite do concelho, todas custeadas totalmente pela Câmara Municipal. Requalificação do Largo Ferreira da Costa em Casal de Ermio; Requalificação do Obelisco Original junto às vinhas da Quinta do Conde; paralelamente a este projeto foram criados três percursos pedonais que levam a conhecer um vasto pedaço da freguesia.”* Continuou referindo-se à construção de muro de suporte em betão armado, junto à ponte do rio Arouce; repavimentação da Rua do Stº Cristo e Beco do Quelho; repavimentação parcial da Rua da Gelfa e toda a Rua das Longas, com a construção da estrutura de receção e escoamento de águas pluviais, estas comparticipadas pela Câmara Municipal no âmbito dos contratos inter-administrativos. Terminou a intervenção com informação que as obras do espaço de lazer e auto-caravanismo tiveram início a 13 de setembro. -----

VOTO DE PESAR -----

Santinho Antunes, da coligação “É Hora de Mudar” – PPD/PSD-CDS/PP, apresentou o Voto de Pesar “Pelos Vítimas dos Fogos Florestais”. Documento



AT
Q

MS

que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas. (doc n. °1 (três)) -----

Joel Fernandes, interveio para comunicar que o grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar favoravelmente o voto de pesar apresentado. -----

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

INSCRIÇÕES PARA O PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Inscrições: Maria Antunes, Daniela Santos, Santinho Antunes, Patrícia Ramalheiro, Marco Sequeira, Joel Fernandes, Nelson Lopes e João Fernandes, -

Patrícia Ramalheiro, tomou a palavra cumprimentando todos os presentes e disse: *"Mais um ano letivo que inicia e com ele novos desafios e dificuldades! Primeiramente quero felicitar todos os agentes que contribuíram para que a taxa de adesão ao ensino superior por parte dos alunos do concelho fosse de 87,69%, sendo que 50% entraram na 1 opção de escolha. Podemos verificar que este arranque de ano letivo a nível nacional teve como referência os milhares de alunos que se encontram sem professores, tal como referido pelo Ministro da Educação, mas quero e queremos acreditar que este assunto irá estar na ordem do dia das prioridades governamentais. A nossa rede escolar teve um aumento de alunos, quer no pré-escolar (+26), quer no 1 ciclo (36), quer no secundário (+37), sendo que também temos alunos estrangeiros num total de 212 até a presente data, que nos vai condicionando a nível de vagas existentes. O número de alunos tem tendência a aumentar ao longo do ano devido às migrações e mudanças de residência, o que se torna também uma preocupação do nosso executivo e AEL no domínio da educação/inclusão de todos. Não menos preocupante são as turmas mistas que contabilizam 3 neste momento e que sabendo que não são a solução ideal, são a solução possível encontrada para permitir a colocação de todos. Com base nessas preocupações, foram colocados professores experientes de forma a contribuir para o bom funcionamento curricular dessas turmas. Continuamos a trabalhar para encontrar soluções nesta área. É também necessário resolver com urgência um problema que é cíclico e que assenta na impossibilidade que as*

A
A

b

escolas têm de substituir assistentes operacionais, que por uma razão ou outra deixam de trabalhar. Os assistentes operacionais são fundamentais nas escolas e existe uma clara necessidade de rever regulamentos de horário de trabalho e tornar as plataformas mais flexíveis de forma a agilizar todo este processo. Não menos importante, a prioridade em intervir com urgência na questão do reforço de recursos humanos para acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais. No passado dia 06 de Setembro a autarquia em parceria com o AEL e a Status- Escola Profissional, organizou no Teatro Municipal, as Jornadas pedagógicas, um momento de boas vindas á comunidade educativa (pessoal docente, não docente e parceiros), com o objetivo principal de criar um momento de partilha e reflexão e dar a conhecer as parcerias e projetos existentes, dando assim enfoque a Lousã enquanto membro da rede de cidades educadoras e promovendo assim temas como: avaliação, inclusão, a escola a tempo inteiro e tempo para brincar, tecnologias e inteligência artificial. Estamos assim cientes das dificuldades que cada ano letivo acarreta consigo, mas vamos acompanhando dia a dia em estreita colaboração com o AEL, todas as fragilidades e preocupações de forma a melhorar qualidade quer dos nossos serviços quer também do desempenho dos nossos alunos. A continuidade de investimentos na área da educação, que crescem os desafios adicionais de requalificação da escola secundária inicialmente e depois a escola EB2, para além dos objetivos de manutenção e apetrechamento de vários complexos escolares, em que irá ser necessário solicitar a toda a comunidade a compreensão e colaboração relativa ás adaptações que serão necessários para implementar as obras, vão ser sem dúvida as nossas prioridades para os próximos tempos. Os desafios da educação mudaram muito e com isso mudaram também os desafios que a escola atualmente enfrenta, sendo que estes hoje são mais exigentes que no passado. É preciso o envolvimento de todos! "-----

Fernanda Franca, começou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e começou por referir que em 2022 foi solicitado ao Sr. Presidente da Câmara alguns pequenos melhoramentos que seriam grandes para a comunidade de Foz de Arouce. Disse não ser intuito pressionar a Autarquia,



As
G
h

embora esta não tenha sido pródiga em grandes benefícios e direitos, particularmente com Foz de Arouce. Solicitou ao Senhor Presidente que, dada a proximidade da cessação do mandato como Presidente da Câmara Municipal da Lousã, deixe registado o seu cunho de empreendedorismo e inovação, em alterações que serão de grande importância nesta freguesia. Informou que os projetos que irá mencionar, são do conhecimento de um dos proprietários da Quinta de Foz de Arouce, que mostrou disponibilidade para conversações com a Autarquia e Junta de Freguesia. Referiu-se à Rua Principal como parca em locais de estacionamento, sendo o Largo da Quinta utilizado indevidamente, uma vez que é terreno privado. Informou da existência de um terreno confinante a casa do povo e que atualmente pertence à Junta de Freguesia, e que seria o ideal para a instalação de um miniparque de estacionamento. Continuou referindo que na entrada SUL de Foz de Arouce, depois da Ponte do Rossio encontram-se as ruínas do lagar da Quinta e sugeriu que após conversações e respetivas cedências de ambas as partes, daria um espaço de lazer agradável. Do lado norte de Foz de Arouce no largo antes da ponte Romana sugeriu que fossem retirados os contentores para outro local, reforçada a iluminação, melhorada a sinalização e arborizada a zona junto ao fontenário. Solicitou ao Sr. Presidente cópia do Regulamento de arbóreos e arbustivos dos espaços verdes da autarquia, bem como o levantamento de áreas de novas plantações, dando o exemplo do repovoamento do circuito do metro com espécies específicas em termos de adaptação ao solo, locais a contemplar e a respetiva expressão vegetativa. Referiu que está na altura ideal para projetar o Jardim da Câmara e dar-lhe a dignidade que este merece. Terminou a intervenção referindo-se à variante de Foz de Arouce e solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que reforce junto das entidades competentes a pintura desta via, que se encontra sem qualquer marcação." -----

João Santo, tomou a palavra cumprimentando todos os presentes e referiu uma situação sobre a limpeza de um terreno em frente à estação de Serpins que se encontra ao abandono. Transmitiu que foram contactados os herdeiros, e estes não foram sensíveis à necessidade de limpeza do terreno. Solicitou ao Sr.



AX
Q
lx

Presidente da Câmara que fosse interlocutor na resolução deste problema, uma vez que apresenta perigo para as casas circundantes. -----

João Fernandes, cumprimentou todos os presentes e disse, *"Sabemos pela informação veiculada nos meios institucionais, que a Câmara Municipal da Louçã tem encetado esforços no sentido de alertar as Infraestruturas de Portugal para a necessidade de melhoria da sinalização horizontal, principalmente na EN 236 (Variante a Foz de Arouce) e EN17. Todos sabemos que de noite a visibilidade naquelas vias se torna muito reduzida e que estas estradas não reúnem as condições de segurança para quem lá circula. Não se verificando qualquer ação por parte daquela Entidade e sabendo que é urgente resolver esta questão dada a proximidade de mais um Inverno, pretendemos saber se existem novidades ou alguma previsão de intervenção por parte daquela Entidade."* -----

António José Gonçalves, interveio e começou por questionar a ausência do Vereador Ricardo Fernandes e se houve justificação para a mesma. Referindo-se ao Parque de Caravanas perguntou se o local onde está previsto ser implementado não é uma zona suscetível de inundações rápidas. Questionou o Sr. Presidente, sobre as obras da estrada da Srª da Piedade, que já na última assembleia foi referido que iriam começar em setembro e até à data esta tudo na mesma, existindo apenas algumas marcações. Disse saber que está previsto um investimento de 900 mil euros e questionou o qual vai ser o tipo de intervenção a levar a cabo. Referiu-se à passagem de peões nos passadiços apesar das sinalizações existentes. Perguntou se já está prevista alguma intervenção para o Jardim da Câmara, solicitando ao deputado Joel Fernandes que interceda junto do Sr. Presidente da Câmara, caso ainda não haja intervenção prevista. Questionou quais as mais valias trazidas pela N2 ao município. Continuou referindo-se à redução de outdoors na rotunda do freixo, lembrando que foi a coligação "É Hora de Mudar" – PPD/PSD-CDS/PP, que alertou que provavelmente estariam outdoors ilegais. Perguntou ao Sr **Presidente** se, ao abrigo da alteração do PDM, existe algum avanço para a compra da casa na Av. do Brasil. Questionou sobre o quando é que será rentabilizado o investimento feito no Teatro Municipal. Referiu a importância do



A7
G b

Louzanpark, para a Louçã, mas questionou sobre a legalidade do edifício. Mencionando a intervenção do Sr. Paulo Magro disse que a única solução para a R. 25 de Abril, é a criação de uma variante a Casal de Ermio. -----

Marco Sequeira, tomou a palavra cumprimentando todos os presentes e disse:

“Neste ponto gostava de realçar algumas atividades que têm vindo a ser desenvolvidas no âmbito da juventude, nomeadamente o programa Férias Ativas, este que é um programa que já tem presença assídua nas atividades da Câmara Municipal e dos seus parceiros nos períodos de férias escolares, tem um papel fundamental na ocupação das crianças fora do período letivo. Oferecendo um conjunto vasto de experiências enriquecedoras aos participantes, mas também é uma solução eficaz, segura e prática para as famílias manterem os seus elementos mais novos ativos. Os Estágios Experimenta +, programa - desenvolvido em parceria com a ACTIVAR - é destinado a jovens entre os 14 e os 18 anos e contou com a participação de 66 participantes que tiveram oportunidade de ter o seu primeiro contacto com a realidade laboral nos serviços prestados pela Autarquia e Juntas de Freguesia. O projeto Jovens Voluntários da Natureza e Floresta. Neste projeto estiveram envolvidos 16 jovens onde tiveram a oportunidade de contribuir para a limpeza de trilhos, no combate a espécies invasoras e na preservação do património natural e comunitário das aldeias do Candal e Catarredor. Aqui nos casos dos estágios já numa perspetiva mais de formação e desenvolvimento de competências profissionais, pessoais e sociais, é também ele uma excelente oportunidade de ocupação dos períodos não letivos. Sr. Presidente, o número de participantes parece-me ter bastante significado e o propósito destes programas parece-me estar a ser claramente cumprido, de toda a forma gostava de o questionar - em primeiro lugar se a procura é maior que a oferta existente e, caso o seja, se existe a possibilidade de alargar o número de vagas a mais jovens e crianças - sabendo que o que temos neste momento já é um valor bastante significativo. Nesta área da juventude gostava ainda de realçar mais um ponto: A atribuição ao Município da Louçã por parte da FNAJ do Selo de Município Amigo da Juventude. Esta é mais uma vez a distinção do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido - trabalho este assente numa estratégia bem delineada, com o



A
X
P
L

desenvolvimento de políticas de juventude sustentáveis, estruturantes e articuladas com a visão dos jovens. De realçar que os jovens têm vindo a ser auscultados em diversos momentos de forma que as políticas de juventude deem resposta às suas necessidades. Por último, mas não menos importante, gostava de felicitar todos os jovens Lousanenses que entraram no ensino superior no presente mês e desejar-lhes as maiores felicidades nesta nova fase desafiante."-----

João Curvelo, usou da palavra e após a apresentação de cumprimentos disse:

"A coligação PSD/CDS "É HORA DE MUDAR" apresenta aqui, em Assembleia Municipal, o seu repúdio sobre o formulado no ponto nº 2 da ordem de trabalhos que consta no edital da Assembleia de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio que ocorreu no passado dia 27 de setembro. Este ponto continha o seguinte: "Tomada de posição em relação a publicação nas redes sociais por parte de um membro da Assembleia de Freguesia, que coloca em causa a postura desta Junta de Freguesia". Ora, a resposta a uma publicação numa rede social deve ser feita nessa mesma rede social e se por algum motivo o visado se sentir injuriado deve seguir as vias judiciais para repor o seu crédito e bom nome. A instrumentalização de um órgão autárquico de deliberação, como uma Assembleia de Freguesia, para responder a publicações em redes sociais dos seus membros, fazendo disso assunto merecedor de ser um ponto da ordem de trabalhos, demonstra uma profunda e perigosa ignorância sobre a função de tal Assembleia. Esta perigosa ignorância acabou por resvalar num comportamento autoritário e antidemocrático que se não fosse tão grave seria ridículo. Mesmo assim, resulta numa humilhação institucional da Assembleia de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio que a rebaixa ao nível de conversa de café. Esta tentativa de constranger a liberdade de expressão de um membro da referida Assembleia é inadmissível no nosso regime democrático. O que seria de nós nesta Assembleia Municipal se começássemos a discutir as publicações em redes sociais uns dos outros? O que é falado nas redes sociais não deve definir o que se trata nas Assembleias, muito menos constituir um ponto na ordem de trabalhos. Espero que tal acontecimento nunca se suceda nesta Assembleia Municipal e confio na senhora Presidente para isso."-----



Ab
g
h

Nelson Lopes, interveio cumprimentando todos os presentes e cito: “Como já aqui referi em outras ocasiões, a Lousã é um Concelho diferente, com uma dinâmica especial, com uma Câmara Municipal ativa e colaborativa e com organizações e pessoas com grande valor. Nesse contexto e assumindo sempre o risco de me esquecer de referir alguma entidade ou individualidade, quero hoje aqui destacar a sociedade filarmónica lousanense, que celebra este ano 127 anos de atividade, longevidade essa que será comemorada no próximo sábado, dia 5 de outubro. Como sabemos, é uma das coletividades mais antigas do Concelho e, sem sombra de dúvida, uma organização que desempenha um papel importantíssimo junto da comunidade lousanense e que, ao longo da sua longa história, conquistou uma grande reputação na região e no País. Neste caminho percorrido, que já vai longo, importa agradecer a todas as mulheres e homens que, ao longo destes 127 anos, tem contribuído para a formação dos nossos jovens e para a divulgação e prestígio do nosso Concelho. Com bem menos idade, mas com uma função muito relevante e com muito trabalho já realizado, quero também enviar uma palavra de grande reconhecimento à Associação Empresarial da Serra da Lousã que, no passado sábado, comemorou o seu décimo aniversário, momento que aproveitou para distinguir várias empresas e entidades da região, entre as quais a Câmara Municipal da Lousã. Trata-se de uma Associação que já soma cerca de 350 associados e que, ao longo destes 10 anos de atividade, tem tido um papel muito importante no desenvolvimento da economia local e na afirmação do tecido empresarial desta região. Que ambas as entidades continuem a orgulhar a comunidade lousanense por muitos mais anos! -----

Maria Antunes – iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e cito: “Com o início de mais um ano letivo torna-se essencial refletirmos sobre o estado da educação no nosso concelho, identificando os problemas, as necessidades, os constrangimentos visando a sua minimização ou a sua solução. Todos nós sabemos o quanto a educação desempenha um papel preponderante na construção de uma sociedade que urge ser justa, equitativa, inclusiva e solidária. Os valores morais e sociais onde o bem-estar, a qualidade, o conhecimento e o progresso constituem metas desejadas. Fazendo esta



AX
g
A

retrospetiva, do início deste ano letivo na Lousã, podemos concluir que este começou de uma forma, um pouco intranquila e instável. A falta e o absentismo das assistentes operacionais nas nossas escolas, a falta de docentes e a sua dificuldade de substituição, turmas excessivamente grandes, número elevado e tendencialmente crescente de alunos migrantes, cerca de 200 alunos de 28 diferentes nacionalidades, número muito elevado de alunos com necessidades educativas específicas, 178 alunos nestas condições, sendo 50 destes considerados muito graves, falta de apoios individuais e técnicos, bem como o aumento substancial de alunos que beneficiam de apoio – sase- 391 alunos beneficiam do escalão A e 253 de escalão B, constituem elementos que ajudam a desenhar uma realidade que poderemos dizer perturbadora, exigindo de todos nós medidas e decisões que otimizem resultados e que tragam à nossa comunidade escolar a tranquilidade e conseqüentemente o bem estar e o sucesso educativo. Por último deixo aqui uma questão, qual a perspetiva e expectativa do Sr. Presidente para este ano escolar, atendendo a tudo o que atrás foi dito," -----

Daniela Santos, cumprimentou todos os presentes e começou por parabenizar a festa da Pegada e todos os seus intervenientes, felicitando em especial, o presidente da junta de freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio. Deixou mensagem de alerta para a falta de limpeza das vias públicas do concelho, em especial na freguesia de Lousã e Vilarinho, referindo que têm recebido queixas, em especial habitantes de Cova do Lobo, Vale Maceira, Vale Nogueira, Espinheiro, sendo que muitas vezes as pessoas têm de se meter em perigo, passando para a estrada, para fugir às ervas que ocupam o passeio e solicitou que fossem tomadas providências para solucionar este problema. -----

Joel Fernandes interveio cumprimentando todos os presentes e começou por referir as últimas notícias sobre o metro bus e que apesar da obra estar garantida, por consequência do nosso estado de direito, a entrada em funcionamento do projeto sofreu um atraso devido a um assunto jurídico. Referiu-se ao voto de pesar apresentado pela coligação "É Hora de Mudar" – PPD/PSD-CDS/PP e constatou que todos os anos em várias assembleias municipais do país, em várias reuniões de executivo, se fala deste flagelo, e sabe



Art
a b

-se que é preciso fazer alguma coisa diferente. Que os vários executivos municipais fazem o seu melhor procurando soluções para colmatar esta calamidade e que a elaboração do cadastro florestal já foi passo importante para ajudar neste flagelo. Falou ainda nos problemas na educação, na saúde, na justiça e na proteção e referiu que o partido com mais responsabilidade na governação tem o dever resolver estas situações. Continuou referindo que cabe aos efeitos locais ir comentando os assuntos e dar contributos para apresentação de algumas sugestões. Mencionou a proposta da Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde se refere que na área da proteção civil não deveremos considerar só o combate aos incêndios, mas deveremos caminhar para uma solução mais profissional. Falou dos pactos de estado, da tecnologia e da Inteligência artificial, referindo a guerra no médio oriente, a guerra na Ucrânia, o predomínio da China na produção mundial e das eleições nos Estados Unidos da América. -----

Santinho Antunes iniciou a intervenção cumprimentando todos os presentes e começou por dar nota do Despacho da DGAL defende que presidentes de juntas de freguesia não podem votar, na assembleia municipal, contratos celebrados entre a câmara e a sua freguesia, por existir conflito de interesses, e disse que é necessário esclarecimento célere sobre este assunto. Continuou dizendo que neste sentido, espera que da forma mais breve possível seja publicado o parecer da PGR, mas é depois imprescindível que o governo de forma imediata legisle para evitar o prolongamento destas dúvidas, o que contribuirá para a boa gestão desta e doutras assembleias. Referiu-se à assembleia de freguesia da União de freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio onde tomou conhecimento, pelo próprio senhor presidente da junta, de factos que podem vir a constituir um ato ilícito. Questionou se o executivo está a acompanhar esta situação e atendendo que a Assembleia Municipal aprova a transferência de competências para as uniões e juntas de freguesia, nomeadamente, a transferência de recursos financeiros do município para esta união de freguesias, compete a esta assembleia acompanhar e questionar todas as situações que possam conflitar com a concretização das mesmas, Questionou o Sr. Presidente se teve conhecimento formal da situação



At
g b

suprarreferida e se consegue confirmar a esta assembleia que tal situação não irá condicionar o cumprimento de todas as competências transferidas para esta união de freguesias, ou seja, se o município não terá a necessidade de reforçar os recursos financeiros transferidos para o efeito? -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra, cumprimentando todos os presentes e começou por saudar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio e disse que como ficou explícito através da sua intervenção, todo o trabalho que tem sido desenvolvido, várias iniciativas da responsabilidade da junta de freguesia e outras ações que resultam do trabalho em conjunto com a Câmara Municipal, nomeadamente o que diz respeito aos contratos inter-administrativos e às obras realizadas nesse âmbito, bem como uma obra que contou com o apoio de carácter extraordinário da Câmara Municipal que é a criação do Parque de Lazer e Autocaravanismo de Foz de Arouce. Assinalou o trabalho, dedicação, o espírito de missão e a forma como tem exercido as suas funções durante o seu mandato o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio. Associou-se ao voto de pesar apresentado pela Coligação "É Hora de Mudar" – PPD/PSD-CDS/PP. Relativamente ao início do ano letivo deu nota que os desafios estão identificados e que muitos deles são transversais à sociedade e que não são exclusivos do município da Lousã, tais como a falta de professores, a multiculturalidade, as necessidades educativas especiais. Referiu que no concelho da lousã tem se procurado de uma forma gradual e consistentemente encontrar os melhores respostas em conjunto com os parceiros e melhor articulação com o agrupamento de escolas, o que se faz é disponibilizar todos os meios possíveis para que o processo de ensino e aprendizagem tenha as melhores condições em todos os ciclos de ensino, no entanto há situações que não são de fácil resolução. A falta de professores é uma questão que não é de resolução do município, a falta de assistentes operacionais, são questões que decorrem de baixas médicas e falta de mecanismos para a sua substituição Disse ainda que apesar destes constrangimentos com os assistentes operacionais, o município da Lousã está acima do rácio convencionado entre o município e o ministério da educação, nomeadamente no âmbito da



Am
g

descentralização de competências. Continuou referindo que as necessidades educativas especiais têm uma expressão mais significativa no Lousã do que noutros concelhos e que a Câmara Municipal, para além do seu universo de atuação, tem vindo a implementar medidas diretas, em parcerias ou através de entidades no sentido de reforçar a capacitação relativamente a dar resposta a estes jovens. Transmitiu que este investimento não tem qualquer participação ou acompanhamento do estado central e que tudo o que tem sido feito é com o orçamento e esforço municipal de forma a obter as melhores respostas, sabendo não ser a resposta ideal, e porque não é só o valor monetário, mas a dificuldade de encontrar pessoas com as características e capacidade para fazer determinadas funções. Referiu que é necessário que o estado português tome medidas concretas e mais estruturadas relativamente a estas crianças e jovens. No que se refere à intervenção de requalificação da Escola Secundária informou que já foi assinada a consignação da obra e que iniciar-se-á a tramitação administrativa inerente perspetivando-se que ainda neste ano civil tenham início os trabalhos. Informou ainda que a par desta empreitada encontram-se a decorrer outras duas que tem a ver com a contratação de aluguer dos contentores e instalação dos mesmos e criação de infraestruturas para a realização das atividades letivas durante o período das obras. Sendo uma escola com uma população escolar significativa, existe consciência dos transtornos gerados pela obra, mas tem-se vindo a trabalhar para encontrar a melhor forma de os minorar. Assinalou ainda que apesar dos grandes desafios apresentados nas várias intervenções, a câmara municipal tem tido a capacidade de ultrapassá-los e dar respostas possíveis a cada uma das situações, sendo que há situações, como o caso de neste momento existirem 19 assistentes operacionais de baixa médicas, não é possível para a qualquer entidade ter mecanismos de substituição que numericamente quer com a agilidade temporal dar as respostas desejadas. As questões das turmas têm regras e nem o município nem o agrupamento, desejam turmas mistas ou com elevado número de alunos, mas termos mais alunos e abrangermos um maior número de alunos com NEE e alunos com ação social escolar faz com que o desafio seja grande, mas muito satisfatório uma vez que permite ter uma



Adx
G
L

frequência mais igual e equitativa de acesso a educação. Em resposta à deputada **Maria Fernanda Franca** disse que anotou os pontos que apresentou na sua intervenção e uma vez que será impossível solucioná-los no tempo restante do mandato, irá em conjunto com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia analisar algumas das possibilidades que refere, nomeadamente a criação de estacionamento e requalificação de alguns pontos na freguesia de Foz de Arouce. Quanto aos contributos para o regulamento de gestão do tecido arbóreo urbano, informou que o processo está em desenvolvimento e que irá providenciar a consulta do mesmo e no que diz respeito à criação novos tecidos arbóreos e reorganização dos existentes junto à linha do metro, disse que há uma incumbência da metro Mondego de fazer algum deste trabalho. No que diz respeito ao jardim municipal informou que estão a ser desenvolvidas diligências para a sua reabilitação. Referindo-se à variante de Foz de Arouce e EN 17 informou que têm sido feitas várias diligências de alerta quase semanais, junto das infraestruturas de Portugal para que encetassem estes trabalhos por forma a garantir a melhoria de circulação nestas vias. À questão colocada pelo deputado **João Santo**, respondeu que provavelmente já existiu intervenção da Câmara neste assunto, mas caso não tenha existido irá saber junto dos serviços o ponto da situação. Acrescentou que para estas situações, as pessoas deverão contactar a brigada do ambiente da GNR. Há intervenção do deputado **João Fernandes** sobre a informação horizontal da estrada 236 e EN 17 reforçou o que já havia dito anteriormente sobre este assunto. Referindo-se a intervenção do deputado **António José Gonçalves**, informou que a questão do parque de caravanismo está definida e validada pela Agência do Ambiente e o que se pretende é que as obras avancem e o seja executado o projeto já há muito sinalizado pela freguesia. Quanto às obras na estrada da Sr.ª da Piedade informou que a empreitada já começou, mas a prevenção da via em si ainda não teve início, conforme estava perspectivado. Referiu que esta obra tem um conjunto de trabalhos de diversa ordem e características, sendo os primeiros trabalhos a estabilização da plataforma e trabalhos de estancaria, seguidos de todos os trabalhos inerentes a esta. Quanto às mais valias da EN2 informou que vão sendo verificadas, principalmente através da visita e estadia no concelho



de várias pessoas que fazem este trajeto. No que se refere à retirada das estruturas dos outdoors informou que se encontra em desenvolvimento um processo de criação de novas estruturas e regularização dos mesmos. Acrescentou que sobre a casa da Av. do Brasil disse não dispõe de qualquer nova informação. Sobre o Teatro Municipal disse que não se pode intitular que tenha existido uma derrapagem, pois o que se tem é uma obra com data de início de 2020 e que passou por diversas situações provocadas quer pela covid 19, quer pela inflação, estando estas situações devidamente enquadradas tecnicamente e juridicamente. Referindo-se ao Lousanpark informou não ter conhecimento. Quanto a variante de Casal de Ermio informou que não é de resolução tão simples e rápida como o desejado. Referindo-se á intervenção do deputado **Marco Sequeira**, informou que relativamente às respostas dadas aos projetos férias ativas e estágios experimenta mais, disse que se tem vindo a ampliar essas respostas em virtude do aumento de crianças e jovens envolvidos nestes projetos, contudo com este aumento pode tornar-se difícil não só a nível financeiro, mas também de recursos humanos para proporcionar além de outras situações a segurança às famílias no que é a frequência destes projetos. Associou-se á intervenção do deputado **Nelson Lopes** relativamente Sociedade Filarmónica Lousanense e à Associação Empresarial Serra da Lousã. Concretizou o referido pela deputada **Maria Antunes**, dizendo que a perspetiva é ter pela frente um ano letivo tão ou mais desafiante que os outros e reiterar que se vai procurar corresponder da melhor forma e dentro do que são as competências ao município. Referiu que neste momento existe uma falta de 5 educadores de infância, sendo este um nível de ensino mais sensível e com uma especificidade própria, nas questões que nos dizem respeito vamos procurando soluções, nas restantes mesmo não sendo da competência da Câmara Municipal vamos procurar em conjunto com a comunidade e como agrupamento de escolas criar as melhores condições para as crianças e jovens tenham um bom ano letivo. Existem novos desafios, o aumento do número de alunos, o número de alunos no acesso ao ensino superior que mostram o trabalho de qualidade que permitem aos jovens atingir os seus objetivos. Referindo-se à intervenção da deputada **Daniela Santos** informou que a limpeza das vias é um trabalho



conjunto entre a Câmara e juntas de freguesia e que é um trabalho com uma dificuldade acrescida uma vez que as condições climáticas e a dificuldade para encontrar recursos humanos ou prestadores de serviços para fazer este trabalho é cada vez mais complicado. Os métodos de trabalho são outros, a aplicação de certos produtos deixou de ser possível, tudo isto dificulta a realização do trabalho. O senhor deputado **Joel Fernandes** fez várias referências a assuntos que possam parecer muito distantes, mas que tem impacto negativo no funcionamento do nosso país e na nossa comunidade, os impactos negativos da guerra e a utilização desregulada a Inteligência artificial. No que diz respeito ao metro bus afirmou que um estado de direito não deveria permitir que uma empresa pusesse em causa a concretização de um projeto, já devia ter encetado algumas medidas que permitam que ao nível da contratação pública a realidade de funcionamento seja outra e que sejam criadas as condições para que se possam executar, cumprindo as regras, com maior agilidade a concretização de financiamento comunitário e no âmbito do PRR. O processo sofreu este atraso porque um concorrente apesar de ter perdido em primeira instância, o Tribunal Penal não alterou o efeito suspensivo o que impede que o projeto avance. Em resposta ao senhor deputado **Santinho Antunes** disse de facto tem que haver clarificação no que diz respeito à participação dos presidentes de junta nas assembleias e concretamente a votação de alguns documentos informou que acompanha aquilo que os autarcas social-democratas manifestaram como posição de entender que os senhores presidentes de junta podem e devem votar esses documentos. Sobre a transferência de verbas para a junta de freguesia Foz de Arouce e Casal de Ermio disse estar absolutamente tranquilo, e o que o senhor Presidente de Junta enunciou revela que a junta de freguesia tem executado dentro da hora e com precisão quantitativa e qualitativa aquilo que acorda com a Câmara municipal quer no âmbito de contratos administrativos quer noutros âmbitos que se têm comprometido com a Câmara e ficou aqui comprovado que as realizações destes trabalhos são feitos no âmbito dos acordos e de relatórios periodicamente apresentados à Câmara municipal. Informou ainda que não



AS
G
A

houve lugar a nenhuma transferência adicional de verba à referida Junta de freguesia. -----

PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

1 - Apreciação de uma Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal (doc. nº 2 (dois)).-----

Inscrições: João Curvelo; Rui Morais, António José Gonçalves, Daniela Santos, Santinho Antunes, Luís Martins, Joel Fernandes, Ana Bandeira e Marco Sequeira.

João Curvelo usou da palavra para cumprimentar todos os presentes e congratulou o executivo da Câmara Municipal pelo funcionamento do Teatro Municipal, pelo cartaz de espetáculos, pelo espaço em si e pelo painel lateral de publicação de espetáculos. Questionou ainda o custo da Vuelta. -----

Ana Bandeira interveio cumprimentando todos os presentes e disse: “No passado dia 24 de junho, dia em que o nosso concelho comemora o seu Feriado Municipal pudemos assistir, na sua Sessão Solene, à entrega dos prémios Lausus, no Teatro Municipal da Lousã. Desde já, felicitamos todos os homenageados e deixamos aqui uma palavra especial a todos os que promoveram, se envolveram e participaram em tão bonito espetáculo. decerto comovente entrar naquela sala que nos traz à memória tão belos momentos e que agora voltará a ser um ícone de cultura e expressão artística. Este espaço que resulta do investimento municipal de cerca de 3 milhões de euros, por parte da Câmara Municipal da Lousã, não será apenas uma reabilitação de paredes, palco e assentos. Será um abrir portas à comunidade para o enriquecimento das nossas gentes, da nossa comunidade e dos que nos procurarão. É de facto um espaço onde poderemos refletir sobre a nossa realidade, desafiar as nossas perspetivas e ampliar os nossos horizontes. É aqui que se abrem as cortinas para a criatividade e para o talento. A cultura, como sabemos, é um dos maiores pilares para a formação de uma sociedade mais justa, mais aberta e mais tolerante. Quando incentivamos a arte, investimos em educação, em reflexão crítica, em entretenimento saudável e em desenvolvimento social. Este teatro



Am
g
h

será um ponto de convergência, onde crianças, jovens, adultos e idosos terão a oportunidade de experimentar a magia do palco, seja assistindo a uma peça, um concerto, uma dança ou até mesmo participando diretamente dessas expressões. O Teatro trará novos eventos à nossa vila, atraindo visitantes, movimentando o comércio e gerando empregos. Não podemos deixar de agradecer a todos que tornaram este sonho possível. Aos artistas, técnicos, trabalhadores da construção e claro, ao público, que, tenho certeza, fará deste espaço um sucesso e um verdadeiro ponto de referência. Mas agradecer principalmente ao Sr. Presidente da Câmara e Executivo, que apesar das vicissitudes, acreditou que este sonho seria possível. Este teatro é de todos nós e pertence a cada cidadão deste concelho, mas será sempre uma marca de resiliência do Partido Socialista. Mas a agenda cultural da Lousã não se cinge a este equipamento. Durante o período de Verão pudemos assistir a uma dinâmica, que contou com a colaboração das diversas Juntas de Freguesia e Associações Culturais do Concelho, dando vida ao concelho e proporcionando a munícipes e visitantes concertos e espetáculos ao ar livre, os tão apreciados bailes, eventos tradicionais e religiosos. Continuamos ainda a viver o Programa pensado para a Comemoração dos 50 anos do 25 de abril. A Feira Anual de São João assistiu, mais uma vez, a uma plenitude de visitantes que se deslocou à Lousã para assistir aos espetáculos, visitar a Mostra Industrial e Comercial e conhecer a nossa região. Na verdade, este evento já não é somente um evento dedicado às nossas gentes, mas assume uma projeção que coloca a Lousã no panorama nacional" -----

Rui Morais, tomou a palavra cumprimentando todos os presentes e disse "O Sr. Presidente antecipou-se à questão que iria fazer sobre o metro Mondego e já se percebeu qual a responsabilidade no atraso deste processo, contudo perante toda a situação não existe a certeza de que o metro estará em funcionamento no primeiro trimestre de 2025, existem novas datas? Outra questão que referiu foi que enquanto filho de abril "repudiou veemente a atitude da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio" -----



Marco Sequeira interveio, referindo que "neste ponto gostava de evidenciar o investimento que tem vindo a ser feito no desporto ao longo dos últimos anos, investimento esse que felizmente tem-nos trazido muitas alegrias e têm-nos enchido a todos de orgulho enquanto Lousanenses. Um bom exemplo destas práticas foi a recente assinatura dos Contratos-programa de Desenvolvimento Desportivo que regulam o investimento nas Instalações Desportivas, através de um apoio financeiro superior a 176 mil euros. Este investimento divide-se entre o apoio a atividades e o apoio a transportes e abrange 1434 atletas, onde 1246 são de escalões de formação. Ainda nesta área gostava de evidenciar a partida de uma etapa da Vuelta no nosso concelho. A meu ver, aquela foi uma grande manhã para a Lousã, onde foi possível ver o entusiasmo e a alegria das pessoas na receção de um evento de escala mundial no nosso concelho. Conseguimos criar as condições para a receção de um evento desta dimensão foi, a meu ver, um importante momento de promoção do nosso concelho numa competição que tem transmissão para 190 países e tem vários milhões de espectadores. Sabendo que para além da promoção do nosso território, certamente também teve impacto na nossa economia local, gostava de questionar o senhor Presidente se foi possível contabilizar esse mesmo impacto imediato, sabendo que no futuro certamente terá também impacto a nível turístico (mas esse calculo que seja mais difícil de quantificar). Ainda na área do desporto, gostava de felicitar o atleta Diogo Cancela da Louzan Natação e o seu treinador Gonçalo Neves pela conquista da Medalha de Bronze nos Jogos Paralímpicos de Paris 2024. através deste regulamento - para além de definir as regras de utilização dos espaços também vai permitir continuar a melhorar o investimento nos diversos equipamentos desportivos do concelho, estando contemplada a celebração de protocolos com entidades terceiras de forma desenvolvam atividades desportivas que sejam do interesse do desenvolvimento desportivo do concelho." -----

António José Gonçalves interveio dizendo que esta Câmara é um órgão fiscalizador da atividade do executivo, os comentários sobre política internacional pouco nos dizem e quanto aos problemas do município, apesar de responder as perguntas do PSD e do CDS, continua a não ser conclusivo.



Referiu-se ao Jardim da Câmara e acusou o Sr. Presidente de nada fazer quanto a este assunto. Questionou quem é que financiou o campo de futebol no Parque Urbano, se foi o Continente ou a Câmara Municipal. Finalizou a intervenção perguntando o que é que A Vueta trouxe ao nosso concelho. —

Luís Martins tomou a palavra cumprimentando todos os presentes e começou por referir que os programas de apoio à habitação são iniciativas estratégicas, destinadas a suprir as necessidades habitacionais da comunidade oferecendo soluções acessíveis, dignas e sustentáveis. Estes programas visam não apenas melhorar as condições de vida das famílias, mas também promover o desenvolvimento sustentável e a coesão social do município. Identificou os programas em curso no município, o Programa 1.º direito – beneficiários diretos; o Programa 1.º direito – habitação social; o Parque Público de Habitação Social a preços acessíveis e o programa Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário. No que refere a análise da situação orçamental com base nos elementos da informação disse: *“Nos movimentos financeiros até 31 de agosto de 2024 registou-se um aumento tanto nos pagamentos como nos recebimentos em comparação com o período homólogo de 2023. O acréscimo nos pagamentos foi de aproximadamente 1.821.000€, enquanto os recebimentos totalizaram 1.690.000€, o que representa uma variação positiva de 16,05%. Na execução da receita, a receita total apresenta um grau de execução de 51,74%, com as receitas correntes, que refletem atividade habitual do município a alcançar 57,79%. No entanto, na análise da evolução das rubricas de impostos diretos e taxas, observou-se um decréscimo de receita corrente de 2023 para 2024. Por outro lado, as transferências correntes, também da delegação de competências, registaram um acréscimo de 22,30% em relação ao ano anterior, o que constitui uma evolução positiva na gestão das receitas. No que diz respeito à despesa, o grau de execução da despesa corrente situa-se em 57,56%, muito próximo do grau de execução da receita corrente, o que indica um equilíbrio orçamental sustentável. À data de 31 de agosto de 2024 o saldo com amortizações ascende a 428,535 €, o que demonstra a capacidade de cumprimento dos compromissos assumidos pelo município. Do ponto de vista patrimonial, verificou-se um aumento da dívida a médio e*



At
g
M

longo prazo, enquanto a dívida a curto prazo sofreu uma redução significativa. Este panorama indica uma melhoria nos indicadores de gestão operacional, com uma melhor distribuição dos compromissos financeiros ao longo do tempo. O limite da dívida apresenta uma margem disponível de 6.353,971€. O prazo médio de pagamentos é de 26 dias, em conformidade com a Lei dos Compromissos e Pagamentos, o que demonstra a responsabilidade do município em honrar os seus compromissos de forma atempada." -----

Daniela Santos tomou a palavra cumprimentando todos os presentes e disse: "A coligação "é Hora de Mudar" dá os parabéns ao executivo pela conclusão da obra do Teatro Municipal, realçando ser um marco importante para a Lousã, mas pretende ver agora esclarecidas algumas questões, tais como valor final da obra, o valor de investimento pela câmara e o de apoios, a existência de plano estratégico para sustentabilidade financeira. Parece que não está prevista a transmissão de cinema, apesar do publicitado no festival de cinema promovido. Havendo na Lousã a transmissão de filmes como existe em Miranda do Corvo ou em Coimbra, os lousanenses escusam de se deslocar para outros sítios, que deverá ser essa a intenção principal, fixando assim os nossos munícipes, bem como atrair outros vindos de outros concelhos. Se assim for questionamos quanto tempo demorará." -----

Joel Fernandes, interveio começando por realçar alguns projetos e iniciativas do concelho. Na área da educação referiu as obras na escola secundária e na EB2 e a requalificação de outros espaços educativos. Além das infraestruturas também são investidos anualmente, mais de 2 milhões de euros em programas educativos, transporte e refeições escolares, a fruta escolar, a ação social escolar, as atividades de tempos livres, atividades de apoio à família e diversos programas que temos no concelho. Mencionou a importante referência da Lousã na educação das pessoas com necessidades educativas especiais e a importância da Lousã Green School para o nosso concelho. Na saúde o fator de colisão social qualidade de vida tem anunciado um investimento de cerca de 2 milhões de euros de investimento no novo centro de saúde, com a certeza de que este novo centro de saúde vem dotar o concelho de mais e melhores condições para a prestação de cuidados de saúde. Observando para a



16X
g b

realidade regional somos o concelho de referência no desporto nacional, sendo importante referir o investimento de mais de 4 mil euros que a autarquia faz, em diversas atividades em conjunto com as instituições e associações desportivas. Relembrou os grandes eventos nacionais e internacionais que tem decorrido no concelho e os investimentos feitos em instalações desportivas. Mencionou a abertura do Teatro Municipal, a abertura do Museu Carlos Reis e o investimento nas associações do concelho, o Museu do Circo, a Feira do Mel e da Castanha, o S. João, a presença da Lousã nas televisões. Terminou, mencionado o MetroBus, o nó dos Pegos e realçando o investimento feito pelo executivo nas acessibilidades internas. -----

Santinho Antunes, tomou a palavra e começou por referir "que O Grupo Municipal é Hora de Mudar continua extremamente preocupado com a execução do PRR no município da lousã. Da consulta do portal da transparência constam 19 projetos financiados pelo PRR para o Município da Lousã, no total de 13,3 milhões de euros de financiamento. De acordo com a informação existente até ao momento apenas foram entregues ao município 86,7 mil euros, o que corresponde a 0,7% do valor final de financiamento. Não se verifica um enorme atraso na execução do PRR, o mesmo encontra-se estático, principalmente, no que é relativo aos 2 projetos que assumem o maior financiamento para o município da lousã, nomeadamente: a requalificação da escola secundária da lousã que tem previsto o financiamento de 9,22 milhões de euros e a construção do centro de saúde da lousã que tem previsto o financiamento de 2,84 milhões de euros. O não recebimento até á presente data de qualquer valor gera a preocupação quando se verifica que a data para a conclusão dos projetos é 30/06/2026. Questiono o sr. **Presidente** o que nos pode dizer sobre o que representa esta situação para estes 2 projetos, e quais as consequências de chegarmos a 30/06/2026 sem obra feita, pois julgo que não existirá qualquer dúvida sobre a dificuldade, para não dizer da impossibilidade, de terminar os referidos projetos até à referida data. Cumpre ainda referir que apenas 5 dos 19 projetos receberam algum valor de financiamento, o que equivale a 14 projetos que ainda não receberam qualquer financiamento, o que importa que exista grande probabilidade de

A7
G 4

perder à volta de 1 milhão de euros de investimento na Lousã até 2026. Questiono se poderá existir essa possibilidade." -----

O **Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra a fim de responder às questões colocadas. Relativamente às questões da educação colocadas pela deputada Maria Antunes complementou que no que diz respeito às substituições temporárias é cada vez mais difícil também encontrar pessoas disponíveis para esse tipo de substituições. Relativamente à questão colocado pelo deputado João Curvelo informou que a Vuelta teve um pagamento de 20 mil EUR à entidade representante da Vuelta em Portugal. Quanto a questão do teatro realçou o trabalho feito no que diz respeito à produção de dinamização da atividade cultural por parte do município, mas que tem diversas outras vertentes e diversos outros polos. Em resposta á questão de novas datas do sistema de mobilidade do Mondego, colocadas pelo deputado **Rui Morais** informou que o que se espera é que o efeito suspensivo seja anulado e que possa ser dado andamento para o trabalho que é preciso realizar. Referiu também a alteração legislativa que o atual governo já anunciou estando para breve a sua aprovação e que poderá ter efeito nestes projetos onde estão em causa fundos comunitários e a entrada em funcionamento dos mesmos. Em resposta ao senhor deputado **António José Gonçalves** esclareceu que a instalação do minicampo do parque urbano resultou de uma parceria que é uma iniciativa da liga portuguesa de futebol em associação com a missão continente. A Câmara responsabilizou-se pelos trabalhos de infraestruturas para a instalação do minicampo, que existe um protocolo onde estão estipuladas as obrigações de cada uma das partes. Quanto às questões do PRR em especial às da habitação referidas na intervenção do senhor deputado **Luís Martins**, afirmou que os projetos na área da habitação são dos que mais preocupam o executivo, uma vez que não tem havido da parte do IHRU a rapidez na aprovação e na tramitação processual e aprovação de projetos e daí a dificuldade de concretização dos objetivos apresentados no âmbito da estratégia nova habitação. Apesar das reivindicações de decisões por parte do executivo, até ao momento existiram muitas poucas, e nenhuma delas diz respeito aos projetos com maior impacto, nomeadamente na oferta de



A
A
h

habitação. Relativamente à informação financeira disse que o executivo continua a pugnar para que exista equilíbrio e que se apresentem dados financeiros e equilibrados relativamente ao funcionamento da Câmara e que a gestão orçamental de um município com as nossas características é cada vez mais difícil. Conjugar ao mesmo tempo a execução de obras com custos adicionais que não são acompanhados por fundos comunitários; com o aumento de custos de funcionamento inerentes à atividade; a existência de um desfazamento no que diz respeito à delegação de competências especialmente no que diz respeito à educação onde as verbas transferidas pelo Estado são insuficientes relativamente àquilo que é o gasto da Câmara e com toda o restante da atividade municipal, torna-se cada vez mais difícil a gestão orçamental do município. Referindo-se a intervenção da deputada **Daniela Santos**, informou que ter cinema no teatro municipal sempre foi um objetivo do executivo havendo a perspectiva de ter a candidatura aprovada para se ter essa valência naquele equipamento. Informou ainda que ter cinema no teatro municipal é diferente das salas que referiu, havendo uma sala com 492 lugares e com características bem diferentes dos espaços mencionados. Informou que paralelamente a esta sala existe a sala atelier, na qual estão previstos vários espetáculos. Relativamente à sustentabilidade e ao retorno do Teatro esclareceu que um equipamento como este e no que diz respeito ao equilíbrio financeiro é difícil recuperar todo o valor investido, o que se irá procurar é que exista coerência, sendo que a programação apresentada tem essa perspectiva. Existe um plano estratégico e um regulamento onde se definem as condições para que exista a máxima sustentabilidade possível. O Teatro e também assumido como um investimento social, como se comprova pelo preço da bilhética propiciando a todos a oportunidade de usufruir dos vários espetáculos. Referindo-se a intervenção do deputado Joel Fernandes sobre da N17, Nó dos Pegos e complemento da N17 à ligação IP3 informou que esteve presente numa reunião onde este foi o tema debatido. Disse que a ligação que IP3 já tem uma resolução do conselho de ministros que estipula uma verba para a sua concretização, contudo esta verba é insuficiente para executar a totalidade da obra. Informou também que esta reunião serviu para reforçar a



Handwritten initials and a signature in blue ink.

disponibilidade de verbas para a conclusão da obra. Mencionou o apelo feito ao Sr. Secretário de Estado para que junto das infraestruturas de Portugal interceda pela concretização de uma alternativa á N17 e Nó dos Pegos. Em resposta ao deputado Santinho Antunes e na referência à transferência de verbas tem a ver o atraso com os projetos de habitação. Acrescentou que os projetos PRR no âmbito da educação o município da lousã é dos poucos da região centro que já tem o seu projeto aprovado e está a avançar com todos os processos inerente para execução da obra. Neste momento a lentidão do IRHU, outras situações processuais, os critérios de avaliação, a falta de financiamento e a falta de empresas para realizar as obras fazem com que o prazo seja mais difícil de cumprir, não se vislumbrando qualquer prorrogação do PRR no âmbito da união Europeia. -----

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

2 – Apreciação e votação da ratificação da autorização prévia para a repartição de encargos plurianuais, no âmbito de uma prestação de serviços de aluguer operacional de viatura ligeira. (doc. nº 2 (dois)). -----

Inscrições: António José Gonçalves, Santinho Antunes. -----

António José Gonçalves, tomou a palavra e disse: *“acho uma vez mais inadmissível que se marque uma Assembleia de freguesia própria no dia da Assembleia municipal isto não é a democracia que o Partido Socialista faz fazer valer, estou privado ir à Assembleia de Freguesia. Já tivemos também aqui uma ausência que poderia explicar ao Senhor Presidente da Câmara se o edifício do Louzanpark está ou não legal.”* -----

Santinho Antunes, interveio para esclarecer relativamente á questão da autorização e questionou qual o motivo para ser um aluguer e não para uma compra; qual o carácter de urgência e qual a finalidade do mesmo. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra e começou por esclarecer que o regime de aquisição está estipulado, esta é uma viatura adquirida no âmbito da descentralização dos serviços de intervenção social e é assim que



Handwritten initials and a signature in blue ink.

está convencionada a sua aquisição, querendo fazê-lo de acordo com aquilo que está estipulado. -----

Colocada à votação a ratificação da autorização prévia para a repartição de encargos plurianuais, no âmbito de uma prestação de serviços de aluguer operacional de viatura ligeira, foi aprovada por unanimidade quando estavam presentes na sala 23 membros eleitos.-----

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

Apreciação e votação da Contratação de empréstimo a médio e longo prazos no montante máximo de 335.000,00€, destinado a financiar "Equipamentos e sistemas cénicos para o Teatro Municipal da Lousã 4 (doc. nº 3 (três)).-----

Inscrições: Santinho Antunes-----

Santinho Antunes, interveio dizendo que "*queremos dar a nossa confiança ao investimento deste valor que será feito de forma mais responsável possível criando um espólio para o Cine teatro esperando que seja essa finalidade.*" Questionou também para que efeitos é este investimento.-----

Sr Presidente informou que o fim deste investimento tem a ver com a aquisição de equipamentos e sistemas cénicos, ou seja, todos os equipamentos necessários ao funcionamento do Teatro e que não estavam na empreitada que está em execução e que foi por opção não serem incluídos na empreitada base e serem adquiridos agora adicionalmente até em função daquilo que é a questão técnica da atualidade. São equipamentos necessários ao funcionamento nomeadamente no que tem a ver com som, luz e todas as variantes técnicas inerentes aos espetáculos.-----

Colocada à votação a ratificação da Contratação de empréstimo a médio e longo prazos no montante máximo de 335.000,00€, destinado a financiar "Equipamentos e sistemas cénicos para o Teatro Municipal da Lousã, foi aprovada por unanimidade quando estavam presentes na sala 23 membros eleitos.-----



A.A.
A

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

Apreciação e votação da ratificação da autorização prévia para a repartição de encargos plurianuais, no âmbito da empreitada "Reabilitação da Escola Básica nº2 da Louçã. -----

Sem inscrições e/ou pedidos de elucidação, foi colocada à votação da Assembleia Municipal a ratificação deste ponto, tendo sido aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e três membros eleitos. (doc. nº 4(quatro)). -----

PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

Apreciação e votação da ratificação da autorização prévia para a repartição de encargos plurianuais, no âmbito da "Aquisição de serviços de aluguer, transporte, montagem e desmontagem de contentores modulares para a instalação provisória da Escola Secundária da Louçã". (doc. nº 5(cinco)). -----

Inscrições: Maria Antunes-----

Maria Antunes interveio, referindo-se a decisão de aquisição serviço de contentores para os alunos questionou quais as alternativas analisadas para a substituição das salas de aula, se a opção de funcionamento de aulas em contentores foi retirada de algum exemplo de sucesso que possa ter sido verificado, questionou se o edifício da antiga escola profissional ou outros edifícios semelhantes foram considerados como opção. E finalizou questionado se os contentores são já adaptados a salas ou serão adaptados pelo agrupamento. -----

Sr. Presidente interveio dizendo que relativamente à questão colocada, as alternativas foram verificadas, falando-se de uma escola e de uma comunidade educativa em termos quantitativos muito significativa, de cerca de 500 alunos. A alternativa que referiu não era de todo capaz de albergar este universo de pessoas para além de outras questões. Os contentores que se procuram é que sejam os contentores com a melhor condição e depois deverá haver adaptações e a colocação de mobiliário e dispositivos inerentes ao processo ensino estando isto devidamente previsto. Disse ainda que a antiga



AsX
G
A

escola profissional está neste momento no âmbito de um protocolo com o Instituto de emprego e tem havido diligências recentes para ser um centro de formação profissional da responsabilidade da entidade instituto de emprego e formação profissional. Os referidos edifícios não têm as características nem as condições para albergar o universo da comunidade educativa da escola secundária. -----

Colocada à votação da Assembleia Municipal a ratificação deste ponto, tendo sido aprovada por maioria com 15 (quinze) votos a favor do PS, 1 (um) voto a favor do BE e 6(seis) abstenções da Coligação "É Hora de Mudar" – PPD/PSD-CDS/PP, quando estavam presentes na sala vinte e três membros eleitos. -----

PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

Apreciação e votação da ratificação da 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2024 (doc. nº 6(seis). --- -----

Sem inscrições e/ou pedidos de elucidação, foi colocada à votação da Assembleia Municipal a ratificação deste ponto, tendo sido aprovada por maioria, com 15 (quinze) votos a favor do PS, 1 (um) voto a favor do BE e 7(sete) abstenções da Coligação "É Hora de Mudar" – PPD/PSD-CDS/PP quando estavam presentes na sala vinte e três membros eleitos. -----

PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

Apreciação e votação da 3ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2024. (doc. nº 7(sete). -----

-Sem inscrições e/ou pedidos de elucidação, foi colocada à votação da Assembleia Municipal a ratificação deste ponto, tendo sido aprovada por maioria com 15 (quinze) votos a favor do PS, 1 (um) voto a favor do BE e 7(sete) abstenções da Coligação "É Hora de Mudar" – PPD/PSD-CDS/PP, quando estavam presentes na sala vinte e três membros eleitos. -----

PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----



AA
G
4

Apreciação e votação da retificação ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais. (doc. nº 8(oito)). -----

Sem inscrições e/ou pedidos de elucidação, foi colocada à votação da Assembleia Municipal a ratificação deste ponto, tendo sido aprovada por maioria com 15 (quinze) votos a favor do PS, 1 (um) voto a favor do BE e 7 (sete) abstenções da Coligação "É Hora de Mudar" – PPD/PSD-CDS/PP, quando estavam presentes na sala vinte e três membros eleitos -----

PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

Apreciação e votação do Regulamento de Funcionamento e Gestão das Instalações Desportivas Municipais do Concelho da Lousã (doc. nº 9(nove) -----

Sem inscrições e/ou pedidos de elucidação, foi colocada à votação da Assembleia Municipal a ratificação deste ponto, tendo sido aprovada por maioria com 1 (uma) abstenção da Coligação "É Hora de Mudar" – PPD/PSD-CDS/PP, quando estavam presentes na sala vinte e três membros eleitos. -----

PONTO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

Apreciação e votação da Alteração aos Estatutos e da percentagem de participação do Município no capital social da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, S.A. (doc. nº 10(dez) -----

Inscrições: João Curvelo, Santinho Antunes, Nelson Lopes, Luís Martins. -----

João Curvelo, interveio dizendo: *"Aquando da presença dos responsáveis da APIN nesta Assembleia Municipal alertei para o péssimo desempenho que a APIN tem num conjunto de parâmetros e de um modo geral. Hoje, é nos pedido, que aprovemos o aumento da percentagem da participação do Município da Lousã no capital de social, passando de 18,39% para 21,39% com efeitos a 01.01.2021, em consonância com o determinado na sentença arbitral, já transitada em julgado, que condenou a APIN a reconhecer que o Município de Penacova saiu do Sistema Integrado a 31.12.2020, e a compensar este no montante que vier a apurar, mas que deverá corresponder ao valor da sua*



participação no capital social da APIN, com referência a 31.12.2020, data em que o referido Município deixou de ser acionista, por exoneração. Ora, em 2023 em função do seu capital social de 18,39%, o município da Lousã entregou 585 mil euros à APIN para cobrir o seu resultado negativo de mais de 3 milhões de euros. A APIN encontra-se entre as piores empresas municipais e intermunicipais do país, quer sejam do sector da água, saneamento e resíduos sólidos, quer a comparação fosse feita com outras empresas semelhantes, noutros setores de atividade. Por outro lado, um dos grandes argumentos a favor da criação da APIN era o seu efeito de crescimento de escala. Contudo, a APIN só se torna mais pequena a cada dia que passa e perdeu o seu segundo maior município, Penacova, resultando neste aumento da participação social do município da Lousã na empresa. Assim, nada se vislumbra de bom para a APIN nem para Lousã: Prejuízos avultados, mau serviço prestado, saída de municípios com relevância na empresa e nenhum investimento considerável no melhoramento da rede de saneamento. O município da Lousã está assim condenado a pagar cada vez mais por prejuízos cada vez maiores e agora ainda mais por ter uma participação social maior. Sr. Presidente, a APIN tem futuro, ou só estamos à espera do seu fim? Há perspectivas de algum melhoramento? Se outros municípios também decidirem sair, como considera a APIN e o município da lousã assumirem tal aumento de responsabilidade, nomeadamente, financeiramente? Não será altura de começar a procurar um modelo de gestão das águas pelos municípios que não importe uma falência a médio prazo?" ---

Luís Martins iniciou a sua intervenção referindo que a proposta de alteração dos estatutos e percentagem de capital social do Município da Lousã na APIN visa dar cumprimento à decisão do Tribunal arbitral, já transitada em julgado. Disse". Em reunião do executivo, foi deliberado por maioria, com dois votos contra da Coligação "É Hora de Mudar". Na análise dos documentos é nos divulgado os procedimentos a seguir, em articulação com os municípios envolvidos. DE forma resumida, estamos a tratar de uma cisão parcial da empresa, com a redução do capital e a alteração de regulamento por parte dos 10 municípios que permanecem na nova estrutura acionista. Contudo, devemos lembrar alguns



aspectos importantes. A criação da APIN, por parte dos 11 Municípios fundadores, teve como base cinco princípios fundamentais, que passo a citar” Promover a qualidade dos serviços prestados, garantindo a satisfação dos clientes; aumentar a eficiência operacional, mantendo proximidade com os utilizadores; assegurar a equidade entre os utilizadores, agindo de forma socialmente responsável; privilegiar a economia circular, com enfoque na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia e fomentar uma cultura de inovação, desenvolvimento e melhoria contínua. Os objetivos principais desta estrutura incluem a redução significativa das perdas de água e infiltrações ao longo dos próximos 20 anos, com investimentos regulares na renovação das redes, e o aumento da taxa de cobertura de água e saneamento. Tudo isto visa garantir qualidade, eficiência económica e social aos munícipes, em serviços essenciais para toda a comunidade. Na assembleia municipal que votou a constituição da APIN, votámos favoravelmente, sem votos contra e com apenas duas abstenções. O partido socialista em todo este processo manteve-se coerente nas suas decisões, sempre fundamentadas no acompanhamento do desempenho da APIN, através da documentação que nos foi fornecida, e considerando a realidade envolvente ao longo destes anos. Nós não temos uma postura volátil no que respeita às nossas decisões. Respeitamos as decisões transitadas em julgamento de órgãos de soberania portuguesa. Assim como decisão democrática de uma acionista que deliberou, na sua Assembleia Municipal, pela sua saída da empresa intermunicipal, independentemente das consequências socioeconómicas que daí possam advir. Mais importante ainda, entendemos que, com esta deliberação, estamos a virar uma página, a remover barreiras e a dar suporte para que a APIN possa continuar a sua missão, visão e estratégica, em prol de toda a comunidade. Nesta deliberação, votamos todos favoravelmente.” -----

Santinho Antunes disse “Quando estamos perante diálogos tão manifestos e mesmo assim não conseguimos aceitar o que temos à frente acho impressionante, nós temos à nossa frente um grande problema, estamos perante uma APIN que está em falência olhamos para isso como se nada fosse. Deveríamos olhar para a APIN e procurar uma solução para este problema em



conjunto com os municípios que ainda estão na APIN e até procurando perceber como se pode resolver o assunto que é se saírem mais 1, 2 ou 3 municípios como é que vamos ter aumentos de capital. O que temos aqui é uma falência de algo que foi proposto uma Assembleia com determinado propósito e há uma falência desse propósito e nós temos de aceitar isso porque só quando reconhecemos a doença vamos achar cura. Vamos aceitar que a APIN não está bem, vamos aceitar que existe um problema e vamos encontrar uma solução entre municípios para resolver esta questão." -----

Nelson Lopes, disse "já aqui foi dito, neste ponto está em apreciação e votação a alteração da percentagem do Município da Lousã no capital social da APIN e a alteração dos estatutos desta entidade. Todos sabemos que a formação da APIN não foi um processo propriamente fácil. O tema "ÁGUA" por si só já é bastante sensível e muito atrativo para posturas populistas e disputas político/partidárias e uma agregação envolvendo 11 Municípios (com as especificidades de cada um) é sempre um exercício extremamente desafiante. Não obstante, basta pensarmos que esta empresa foi constituída assente num plano de negócios que, devido a circunstâncias totalmente extraordinárias, pouco tempo após a sua validação estava totalmente desajustado da realidade. Portanto, pese embora a constituição desta empresa intermunicipal tenha sido aprovada em todas as Assembleias Municipais dos 11 Municípios fundadores (em grande medida com o apoio de várias forças políticas eleitas), temos a perceção clara das enormes dificuldades e desafios que a empresa enfrentou nos primeiros anos de atividade, acreditamos que existe um grande trabalho pela frente de ganho de eficiência e, principalmente, de redução de perdas na rede e temos por princípio que as empresas públicas que tem como missão fornecer serviços básicos à população não tem como principal objetivo o lucro. Por outro lado, temos o conceito de compromisso bem presente e, estando sempre disponíveis para apresentar ou acompanhar sugestões de melhoria na gestão desta empresa pública, registamos com agrado que 10 dos 11 Municípios fundadores mantenham o compromisso assumido com a formalização desta parceria, mesmo depois das várias alterações de poder que resultaram das eleições autárquicas de 2021. Na Lousã também registamos com



A-7
G b

grande satisfação que já foram realizados pela APIN investimentos num montante superior a 1,5 milhões de euros. Após este breve enquadramento e como podemos verificar nos documentos de suporte a este ponto, o que está hoje aqui em apreciação e votação são dois procedimentos que tem como objetivo dar cumprimento à decisão proferida por Tribunal Arbitral, já transitada em julgado, relativa ao processo de saída do Município de Penacova deste sistema agregado e consequente exoneração como sócio da APIN. No que diz respeito à alteração da percentagem do Município da Lousã, importa sublinhar que tal alteração se deve unicamente ao cálculo da percentagem de cada Município em virtude da amortização da quota do Município de Penacova, mantendo todos os Municípios, que constituem a atual estrutura acionista, exatamente o mesmo valor de participação social. No caso concreto do Município da Lousã, este mantém o valor de participação no capital social da APIN que sempre teve, no montante de 202 290,00 €, mas, devido à saída do Município de Penacova e a amortização da sua quota, este valor passou a corresponder a uma percentagem de 21.39 %, num valor de capital social da sociedade que passou a ser de 945 560,00 €. No que se refere ao procedimento de alteração dos estatutos, trata-se de uma alteração que apenas contempla os ajustes decorrentes da decisão arbitral, ou seja, é atualizado o valor do capital social da sociedade e, obviamente, deixa de constar qualquer referência ao Município de Penacova. Em suma, são dois procedimentos que visam dar bom cumprimento a uma decisão arbitral, já transitada em julgado, pelo que, com todo o respeito pelo nosso estado de direito, o Grupo Municipal do PS votará a favor. Para concluir, pergunto ao Sr. Presidente se já está concluído o trabalho de apuramento do valor efetivo que o Município de Penacova terá de pagar à APIN no âmbito deste processo." -----

Sr. Presidente tomou a palavra e referiu que o que está aqui em reapreciação é decorrente de uma sentença do Tribunal Arbitral relativamente à saída do município de Penacova, sendo esta a questão que importa ter em consideração. Respondendo à pergunta do senhor deputado **Nelson Lopes** disse que conforme consta da sentença o valor foi logo definido havendo uma componente desse valor que o Tribunal fixou que as partes – APIN e Município



de Penacova - tinham de fazer essa definição. A APIN com base em documentos e situações reportadas documentalmente apresenta o seu valor, o município de Penacova entende que o valor deve ser diferente e de facto não foi obtido acordo. A APIN já envidou uma ação com base nessa peritagem dos valores em causa no sentido que o município de Penacova pague o valor que a APIN entende que é devido e que apresentou em encontros de contas, havia valores a receber e valores a pagar e nesse encontro de contas situou-se o montante final a pagar, sendo que havia um valor estipulado de indemnização. Não se chegou a nenhum acordo mas terá que ser pago no valor que a APIN intentou na ação e interpôs contra o município de Penacova para que seja concretizado o valor inerente à saída do município da APIN. Com base no referido pelos deputados Nelson Lopes e Luís Martins reafirmou que a APIN tem tido problema, nunca foi escamoteado por ninguém, tem sido um processo bastante difícil que se sabia ser exigente e que se tornou mais difícil por vários fatores, não esquecendo que a saída de Penacova foi um momento negativo a vários níveis e que até hoje condicionou direta ou indiretamente o funcionamento da APIN. Esta situação deve-se ao cumprimento de uma sentença com as características que já foram referidas pelo deputado **Nelson Lopes** e que de facto ninguém procurou nem desejou e que teve toda esta consequência que impactou negativamente no desempenho da APIN. A APIN tem tido uma caminhada mais difícil do que aquela que seria suposto ao início, mas também dizer ao senhor deputado **João Curvelo** que no que diz respeito ao serviço e a concretização de investimentos no serviço não tem um desempenho negativo aqui apresentado, o investimento bastante significativo que foi realizado em virtude da existência da APIN, eventualmente com mais expressão noutros concelhos em função da necessidade do ponto de partida que tinham nomeadamente no que diz respeito ao saneamento. Ao nível da execução do plano de investimentos também a APIN foi impactada negativamente em termos de gestão do acréscimo de custos e do funcionamento das próprias empreitadas e que torna mais difícil a gestão da identidade que estava com o objetivo e com obrigação de realizar investimentos importantes que tinha assumido com os municípios. -----



João Curvelo questionou se o caminho vai ser invertido se vão começar a ser reduzidos os prejuízos se há alguma coisa a melhorar ou se isto vai sempre piorar e se vamos cada vez mais meter dinheiro para cobrir prejuízos maiores. -----

Sr Presidente - respondeu dizendo que como foi dito pelo membro do Conselho de administração em anterior Assembleia Municipal, a APIN tem vindo a implementar medidas e a procurar soluções que permitam melhorar o seu posicionamento os seus indicadores de gestão nomeadamente naquilo que é a sua realidade em termos de défice que têm apresentado. Quanto a questão se outros municípios pretenderem sair disse que em primeiro lugar existem condições que têm de ser verificadas, nomeadamente pagamento de indenização e, portanto, é essa a condição de cada município. Nas atuais circunstâncias tem de fazer contas àquilo que é o valor que terão que despende para poder sair da empresa e não são valores nomeadamente naquilo que está estipulado para PENACOVA que será na ordem dos 6 milhões de euros que não serão facilmente comportáveis por qualquer dos municípios.

Colocado à votação Alteração aos Estatutos e da percentagem de participação do Município no capital social da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, S.A, foi aprovado por maioria com 15 (quinze) votos a favor do PS, 1 (um) voto a favor do BE e 7(sete) votos contra da Coligação “É Hora de Mudar” – PPD/PSD-CDS/PP, quando estavam presentes na sala vinte e três membros eleitos. -----

PONTO ONZE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

11 – Apreciação e votação da nomeação de Revisor Oficial de Contas, no âmbito do procedimento de Revisão e Certificação Legal de Contas. (doc. nº 11(onze) -----

Sem inscrições e/ou pedidos de elucidação, foi colocada à votação da Assembleia Municipal a ratificação deste ponto, tendo sido aprovada por maioria com 15 (quinze) votos a favor do PS, 1 (um) voto a favor do BE e 7(sete) abstenções da Coligação “É Hora de Mudar” – PPD/PSD-CDS/PP, quando estavam presentes na sala vinte e três membros eleitos -----



A Senhora Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE quando estavam presentes na sala vinte e quatro elementos.-----

Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte e uma horas.-----

A Presidente da Mesa,

Ana Ferreira

O 1.º Secretário,

Orlando Ferreira

A 2ª Secretária,

Maria Aldina Martins